



Pombal e a criação do seu próprio mito: o caso da historiografia educacional*

Pombal and the creation of its own myth: the case of educational historiography

Luiz Eduardo Oliveira¹
José Eduardo Franco²

Resumo: Este artigo analisa o modo como Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), que se tornou Conde de Oeiras em 1759 e entrou para a história com o título Marquês de Pombal, conferido dez anos depois, exercendo controle quase absoluto sobre sua biografia, fez de si próprio um mito fundacional de um novo tempo, estabelecendo uma série de crenças e postulados que foram obedientemente reproduzidos pela maior parte das narrativas historiográficas e biográficas a seu respeito ou relativas às chamadas reformas pombalinas ocorridas durante o reinado josefino, entre os anos de 1750 e 1777. Para alcançar tal objetivo, trataremos do caso específico da historiografia educacional, tendo como fonte principal os textos historiográficos que tratam da questão e os preâmbulos de um grupo selecionado de peças legislativas referentes à instrução pública, comparando-os com registros biográficos e autobiográficos do próprio Pombal, com uso de alguns pressupostos teóricos relacionados aos mitos e mitologias.

Palavras-chave: História da educação. Marquês de Pombal. Mito.

Abstract: This article analyzes how Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), who became Count of Oeiras in 1759 and entered history with the title Marquis of Pombal, conferred ten years later, exercising almost absolute control over his biography, made himself a founding myth of a new era, establishing a series of beliefs and postulates that were obediently reproduced by most of the historiographical and biographical narratives about him or related to the so-called Pombaline reforms that occurred during the reign of Josephites, between 1750 and 1777. To achieve this objective, we will deal with the specific case of educational historiography, having as our main source the historiographical texts that deal with the issue and the preambles of a selected group of legislative pieces related to public education, comparing them with biographical and autobiographical records of Pombal himself, using some related theoretical assumptions. to myths and mythologies.

Keywords: History of education. Marquis of Pombal. Myth.

¹ Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe, Bolsista PQ 2/CNPq, Editor Gerente da Revista de Estudos de Cultura (REVEC) e Coordenador da Cátedra Marquês de Pombal (Camões, I.P. / UFS). E-mail: luizeduardo@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1610-3835>.

² Professor Catedrático da Universidade Aberta de Portugal, Diretor do Centro de Estudos Globais e da Cátedra UNESCO de Estudos Globais. É também Professor Visitante do PPGED-UFS e membro fundador da Cátedra Marquês de Pombal (Camões, I.P. / UFS). E-mail: joseduardo franco@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5315-1182>.

* Artigo recebido em 22 de outubro de 2024. Aceito para publicação em 14 de dezembro de 2024.

Introdução

O processo de mitificação de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), ministro do rei D. José I (1714-1777) que passou para a história com o título de Marquês de Pombal, adquirido em 1769, dez anos depois de ter sido elevado a Conde de Oeiras, inicia-se já durante o seu ministério, entre seus antagonistas e apoiadores, mas também a partir da propaganda que ele fez de suas próprias ações governativas, e consolida-se em 1882, quando se comemorou o centenário de sua morte através de uma série de eventos, exposições e publicações, em Portugal e no Brasil (Oliveira, 2022). É nesse ano também que, contrapondo-se às homenagens ao famoso ministro, vem a lume de *O perfil do Marquês de Pombal*, de Camilo Castelo Branco (1825-1890), obra que estabelece as bases discursivas do antipombalismo, fixando-lhe a imagem de um déspota impiedoso, algo que já tinha sido feito já na época em que foi destituído do cargo, em 1777, por conta da morte do rei, quando foram publicados panfletos e poemas satíricos atacando o ministro (Brito, 1990).

Contudo, na queda de braço ideológica entre pombalinos e antipombalinos, a mitificação positiva de Pombal sempre preponderou, tanto pelo alcance quanto pela quantidade de sua produção, como notou Falcon (1993, p. 219), ao identificar o mito do liberalismo pombalino entre os políticos e pensadores liberais da Revolução de 1820, como José Acúrsio das Neves (1766-1834). Da mesma forma, e na mesma época, ela pode ser identificada entre literatos como Ferdinand Denis (1798-1890), em *Resumo da História Literária de Portugal seguido da História Literária do Brasil* (1826), e Almeida Garret (1799-1854), em *Parnaso Lusitano* (1826), que estabelecem o período pombalino como um momento de restauração ou regeneração das letras portuguesas.

Não por acaso, alguns anos depois, em 1833, o medalhão com sua efígie que ficava abaixo da estátua equestre de D. José I, arrancado quando anunciada a sua queda do governo, dando início à chamada “viradeira” no reinado de D. Maria I (1734-1816), foi repostado por D. Pedro IV (1798-1834), o D. Pedro I do Brasil. Já em 1881, doze anos após a publicação de *O Marquês de Pombal. Lance d’olhos sobre a sua ciência, política e administração; ideias liberais que o dominavam, Plano e primeiras tentativas democráticas* (1869), de Manuel Emídio Garcia (1838-1904), maçom e professor da Universidade de Coimbra que, como o próprio título de seu livro sugere, apropria-se do marquês para servir a causas que nem existiam em seu tempo, a maçonaria portuguesa iniciou a arrecadação de verbas para a construção de sua gigantesca estátua na Praça da Rotunda, no centro de Lisboa, inaugurada em 1934 (Bebiano, 1982).

É no mínimo curioso notar que boa parte dessa retórica filopombalina tem base no que o próprio marquês projetou para si mesmo, isto é, para sua representação, em épocas posteriores. Andrade (1981), Antunes (1983) e Lopes (2002) já ha-

viam notado que Pombal exerceu um controle quase absoluto sobre sua biografia, expurgando do mercado editorial tudo aquilo que o desabonava e demonizando seus principais opositores, sobretudo os membros da Companhia de Jesus, como a origem de todos os males do reino português, em textos legislativos, compêndios, obras literárias e panfletos traduzidos para várias línguas da Europa. Assim, ele fabricou uma imagem de si próprio, para usar a expressão de Burke (2009), quando fala de Luís XIV (1638-1715), reforçando o lado supostamente positiva de seus atos administrativos, através de pinturas simbólicas, medalhas, sonetos e peças teatrais em sua homenagem.

Com relação à sua iconografia, o cuidado que Pombal teve com a projeção de sua imagem para a posteridade pode ser exemplificado com o quadro *O Retrato de Sebastião José de Carvalho e Melo, a expulsão dos Jesuítas, estabelecimento do Comércio, Indústria, Artes e a reedificação de Lisboa* (1766), que encomendou a Louis-Michel van Loo (1707-1771) e Claude-Joseph Vernet (1714-1789), ou pelo triplo retrato *Concordia Fratrum*, que se encontra no teto do Palácio dos Marquês em Oeiras, representando Sebastião José e seus dois irmãos: Paulo António de Carvalho e Mendonça (1702-1770) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769). O quadro é atribuído a Joana do Salitre (1711-1781), que, juntamente com Francisco Vieira Lusitano (1699-1783), são responsáveis por alguns retratos de corpo inteiro do ministro, caracterizados por sua imponência física, sobretudo quando estava prestes a receber o título de Marquês (Flor; Flor, 2022, p. 57).

Levando em conta essas considerações iniciais, buscamos mostrar, neste artigo, o modo como Pombal fez de si próprio um mito fundacional de um novo tempo, estabelecendo uma série de crenças e postulados que foram obedientemente reproduzidos pela maior parte das narrativas historiográficas e biográficas a seu respeito ou relativas às chamadas reformas pombalinas ocorridas durante o reinado josefino, entre os anos de 1750 e 1777. Para tanto, trataremos do caso específico da historiografia educacional, tendo como fonte principal, além dos textos historiográficos, os preâmbulos de um grupo selecionado de peças legislativas referentes à instrução pública, bem como alguns pressupostos teóricos relacionados aos mitos e mitologias (Eliade, 2000).

A mitificação positiva do marquês de Pombal

Durante o século XX, pelo menos até o ano das comemorações do bicentenário pombalino, em 1982, embora tenha havido várias revisões acerca da ação política de Sebastião José de Carvalho e Melo, é acentuada a preponderância das obras favoráveis ao marquês, mesmo quando consideramos alguns dos trabalhos que, segundo Falcon (2008), buscaram romper com sua mitificação, como *O Mar-*

quês de Pombal e a sua época (1909), de João Lúcio de Azevedo (1855-1933), em que, embora embora rigoroso do ponto de vista documental e interpretativo, revela certo antipombalismo em várias passagens; *O Marquês de Pombal e os seus biógrafos: razão de ser de uma revisão à sua história* (1947), de Alfredo Duarte Rodrigues, que faz um balanço das biografias publicadas até então e acaba por defender a necessidade de novos estudos, conservando, assim, o seu protagonismo como figura-chave para entender o período; e *A situação económica no tempo de Pombal*, de Jorge Borges de Macedo (1921-1996), livro no qual desloca o foco do ministro para “o estudo da época como um todo, em termos estruturais e conjunturais”, mas reconhece a sua importância, a ponto de escrever, em 1982, uma biografia, *O Marquês de Pombal, 1699-1782*.

O caso de Marcos Carneiro de Mendonça (1894-1988) merece destaque pela sua biografia pouco usual. Primeiro e mais jovem goleiro da Seleção Brasileira de Futebol, em 1914, atuando depois no Fluminense Futebol Clube, onde permaneceu até 1922 e se tornou presidente do clube vinte anos depois, foi também empresário bem sucedido e adquiriu a biblioteca de D. António de Almeida Soares Portugal (1699-1760), 4.º Conde de Avintes e depois Conde e Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Brasil até o ano de sua morte, tornando-se um dos mais entusiastas estudiosos brasileiros de Pombal e do período pombalino (Bairral; Barros, 2015).

O busto do marquês de Pombal disposto na sala principal do seu famoso arquivo, no Rio de Janeiro, por si só representa a importância que o personagem passou a ter em sua vida, algo testemunhado pelo significativo legado que deixou para os estudos pombalinos: *O marquês de Pombal e a unidade brasileira* (1953), conferência proferida em 1953 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; *O marquês de Pombal e o Brasil* (1960), em que apresenta um conjunto de correspondências sobre as preocupações do marquês com a América portuguesa; *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)* (1963); *Erário régio no Brasil* (1968) e *Aula do Comércio* (1982), este um rico apanhado documental e interpretativo acerca da matéria. As fontes levantadas são sempre precedidas por uma alentada introdução na qual o autor situa o(a) seu(ua) leitor(a) no contexto maior das relações internacionais e supostas conspirações jesuíticas e inglesas no século XVIII português. Sua interpretação da ação político-econômica de Pombal é positiva e mesmo entusiástica, a ponto de considerá-lo protagonista de uma série de mudanças estruturais ocorridas no Brasil, durante e depois do seu ministério.

Já em 1955 havia sido publicada a primeira edição de *O Marquês de Pombal: o homem e a sua época*, de Mário Domingues, que, ao identificar no ministro josefino um incentivador da modernidade portuguesa, produziu uma biografia totalmente favorável a Pombal sem grandes novidades, o que não impediu que a obra

continuasse sendo reimpressa até, pelo menos, 2002. Um ano depois, em 1956, foi publicada a coleção *História administrativa do Brasil*, que, editada pelo Setor de Documentação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), pretendia dar suporte às reformas iniciadas no governo de Getúlio Vargas (1882-1954) e dedicou o último volume à “administração pombalina”. Aproveitando a leva de publicações em torno do bicentenário pombalino, a editora da Universidade de Brasília reeditou o texto do volume e o publicou como livro independente em 1983. O autor, Hélio de Alcântara Avellar, qualifica Pombal como herói, isto é, “homem-época” (Avellar, 1983). Segundo Ribeiro (2009, p. 6-7), o discurso de reforma progressista em relação a Pombal é o mesmo utilizado por Vargas e posteriormente pelo DASP para justificar suas reformas administrativas.

Um caso tão curioso quanto o de Marcos Carneiro de Mendonça é o de Claudio de Britto Reis, natural de Vila de Pombal, na Bahia, como faz questão de ressaltar. A partir da década de 1970, deu início a uma numerosa produção, editada e publicada pelo próprio autor, acerca de Sebastião José de Carvalho e Melo, a começar por *O marquês de Pombal (súmula de sua vida e obra)*, de 1973, que teve uma reedição comemorativa no bicentenário da morte do ministro, em 1982; *O marquês de Pombal e as imagens da verdade* (1987); *Expulsão dos jesuítas dos reinos e domínios de Portugal* (1988); *Perfil do injustiçado Pombal* (1992); *Beco do chão salgado* (1995) e *O Marquês de Pombal e o outro lado da história* (2000). Nessa mesma década, em 1976, Francisco José Calzans Falcon defendeu sua Tese de Livre Docência na Universidade Federal Fluminense, *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, que em 1982 foi publicada como livro e se tornou uma obra de referência para várias áreas. Aqui, o autor afirma que a governação pombalina impõe-se como uma ruptura sem precedentes na história portuguesa.

Em muitos sentidos, essa mitificação positiva de Pombal o transforma, bem como a sua ação governativa e seu discurso, ou os discursos que dele se fazem, em mito fundacional de um novo tempo, que para firmar-se precisa romper com um estado de coisas que representa o passado, exemplificado pela Companhia de Jesus, que se torna um inimigo a ser derrotado. Como notou Eliade (2000, p. 48-49; 62-63), um mito fundacional, isto é, um mito de origem só tem existência em função do seu oposto, o mito de fim, pois a ideia de criação, em momentos de crise, é motivada pela idealização de uma Idade de Ouro primordial que é preciso retornar, como testemunham os preâmbulos da legislação pombalina, que se apresenta como uma tentativa de recuperação de um tempo perdido, antes da chegada dos jesuítas, que passam a ser os responsáveis por todos os males do reino português.

Com efeito, o terremoto de Lisboa de 1755 representa, a um só tempo, um mito de fim e recomeço, colocando Pombal no lugar dúplice de criador de uma nova Lisboa, quando sua autoridade de ministro se consolida e lhe rende, em 1759,

o título de Conde de Oeiras, e anticristo, destruidor e perseguidor implacável dos inacianos, mas também de certa parcela da nobreza, representando o rompimento de um período de paz e prosperidade, tal como lhe pinta o padre jesuíta Gabriel Malagrida (1689-1761) em seu *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto* (1756), no qual atribui os motivos da catástrofe à falta de zelo dos portugueses pela vida espiritual. Como nos lembra Eliade (2000, p. 143), nos mitos do fim do mundo, seja pelas águas, seja pelo fogo, a sua simbologia configura-se como um retorno ao caos e à cosmogonia, fazendo renascer, conseqüentemente, as esperanças no reaparecimento de uma terra virgem e de uma humanidade nova. No caso em questão, Pombal e os jesuítas disputavam a hegemonia narrativa referente ao fim ou início de um novo tempo, canonizando ou condenando precursores.

O caso da historiografia educacional

Um ano antes das comemorações do bicentenário pombalino, Andrade (1981, p. xii) havia observado que as fontes que serviam de base aos autores que escreveram acerca do contexto literário e pedagógico do reinado de D. José I e dos períodos que o antecederam eram “constituídas pelas obras que Sebastião de Carvalho e Melo lançou no mercado”. Com efeito, seja nos preâmbulos da legislação publicada, seja nos prefácios e introduções dos compêndios e obras literárias que patrocinava ou autorizava, reitera-se a mesma justificativa: a intenção de El Rei era reparar os estudos dos grandes males causados pelos inacianos, tal como explicava o preâmbulo do Alvará de 28 de junho de 1759. O texto do documento manipula dicotomicamente um léxico iluminista que mitifica, com letra maiúscula, categorias como Razão; Luzes; Progresso; Civilização; Felicidade; Ciências e Letras, contrapondo-se a seus antagonistas, igualmente mitificados: os jesuítas (Portugal, 1830, p. 673-674).

Essa operação discursiva já havia sido ensaiada na América portuguesa, com a Lei do Diretório de 3 de maio de 1757, em cujo preâmbulo encontra-se o mito de uma Europa civilizada que se contrapõe à pedagogia dos jesuítas, tidos como destruidores de uma Idade de Ouro perdida que remonta aos tempos da gesta camoniana. A lei buscava impor aos grupos indígenas “meios de Civilidade”, os quais abrangiam os “dictames da racionalidade” e a sua cristianização, que ficaria sob a responsabilidade do prelado da diocese. Quanto à “civilidade”, de competência exclusiva dos Diretores, a medida principal era a obrigatoriedade da “Lingua do Principe” (Souza, 2019), algo dificultado pelo uso “língua geral”, “invenção verdadeiramente abominável, e diabólica” dos inacianos, que queriam privar os índios da civilização, mantendo-os rústicos e bárbaros (Portugal, 1830, p. 508-509).

O mesmo discurso condenatório lastreia o *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra* (1772) e a Carta de Roboração de 28 de agosto de 1772, com a qual foram publicados os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (Araújo, 2000), e muitas memórias históricas que foram produzidas por algumas ordens religiosas com o intuito de saudar a reforma do ministro de D. José e condenar os jesuítas por todos os estragos pedagógicos, filosóficos e literários no reino de Portugal. Como observa Andrade (1981, p. xxiv-xxix), a historiografia do século seguinte reproduziu acriticamente os postulados da *Dedução Chronologica*, a começar por António Inácio Coelho de Morais (1805-?), que minimiza o papel dos jesuítas e engrandece a reforma pombalina na introdução ao seu *Compendio de Gramática de Língua Grega* (1834). O mesmo ocorre com J.J. Lopes Praça (1844-1920), em *História da Philosophia em Portugal* (1868); José Silvestre Ribeiro (1807-1891), sobretudo em sua monumental *Historia dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia* (1871-1893); D. Antonio da Costa (1824-1892), em sua *História da Instrução popular em Portugal* (1871), na qual afirma que a instrução popular com princípios “verdadeiramente liberaes” nasceu com a Lei de 6 de novembro de 1772; e finalmente Teófilo Braga (1843-1924), que vai ser uma figura de ponta nas comemorações do centenário pombalino, em Portugal e no Brasil, e que em sua *História da Universidade de Coimbra, nas suas relações com a instrução publica portugueza* (1891-1892), em 4 volumes, segue as diretrizes da *Dedução Chronologica*.

Essa avaliação positiva das reformas educacionais do ministério pombalino atravessou o século XX enfrentando pouca oposição, mesmo depois da renovação do campo, a partir da década de 1960 (Gomes, 1993, p. 55-57), como se nota pelos textos de Rômulo de Carvalho (1959; 1986), tanto em sua *História da fundação do Colégio Real dos Nobres*, de 1959, em que ressalta as inovações científicas da instituição pombalina, quanto em sua *História do ensino em Portugal*: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano, de 1986, na qual afirma que Pombal “tomou conta do Governo” e elogia, “em teoria”, o caráter progressista e inovador da reforma de 1759, acrescentando que, “na prática, toda a actividade nacional estava anquilosada pela vontade do ministro de D. José (Carvalho, 1986, p. 426; 431).

Mais ou menos nessa mesma linha, António Nóvoa vai afirmar que o alvará de 1759 é responsável pela institucionalização da profissão docente em Portugal e seus domínios, pois a licença para lecionar funcionava como um “cartão verde” fornecido pelo Estado para legitimar as práticas docentes e promover valorização social e profissional, criando, assim, “as condições necessárias para a elaboração de um cânon de competências técnicas, baseadas em critérios escolares, que servirá de base para o recrutamento dos docentes” (Nóvoa, 1991, p. 122). De modo seme-

lhante, Adão (1995, p. 359) escreve que a reforma dos Estudos Menores constituiu “uma das primeiras tentativas de organização pública de um subsistema de ensino elementar, de âmbito nacional, sob a dependência directa do rei e tendo como organismo centralizador a Real Mesa Censória”, apesar de afirmar que a Lei de 6 de novembro de 1772 não correspondeu aos primeiros passos do estabelecimento de uma rede de escolas públicas em Portugal, tendo sido idealizada e executada muito mais por Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) e seus colaboradores do que pelo próprio Pombal.

Mesmo no contexto das comemorações relativas ao bicentenário pombalino, que provocaram a publicação de uma importante fortuna crítica, foram poucos os textos que questionaram ou criticaram o papel de Pombal na instrução pública, setor geralmente tido como ponto chave de suas reformas, seja para substituir a tutela jesuítica, seja para refundar a Universidade de Coimbra (Araújo, 2000). Um desses exemplos é *Como interpretar Pombal?* (1983), coletânea originalmente publicada em quatro números da revista *Brotéria*, dirigida pelo padre jesuíta Manuel Antunes (1918-1985), organizador do livro e autor de dois capítulos. Um ponto comum entre os autores é a tentativa de desmistificar alguns lugares comuns reproduzidos pela historiografia até então.

António Leite, por exemplo, no capítulo “Pombal e o ensino secundário”, enumera mais de quarenta instituições de ensino fundadas pelos jesuítas no reino e nas colônias até 1759, incluindo a Aula de Esfera que havia no Colégio de Santo Antão desde 1590, para mostrar que a reforma pombalina não teve condições de substituir os colégios e escolas dos inacianos, pois não havia Aulas ou Professores Régios suficientes, em Portugal e nas colônias, afirmando ainda que o ensino científico não era desconhecido dos membros da Companhia de Jesus (Leite, 1983, p. 181). Mais de uma década antes, António Cruz, em sua “Nota sobre a reforma pombalina da instrução pública” (1971), buscou relativizar o protagonismo de Pombal e, conseqüentemente, o caráter inovador de suas medidas, mudando o foco para o reinado de D. João V (1707-1750), no qual teria havido o primeiro fluxo das ideias ilustradas, com as atividades da Academia Portuguesa, fundada pelo Conde de Ericeira entre 1717 e 1720 (Cruz, 1971, p. 2).

No Brasil, o antipombalismo manifestou-se mais cedo na historiografia educacional, como testemunham *Missionários jesuítas no Brasil no tempo de Pombal* (1936), obra do padre Antônio Paulo Ciríaco Fernandes (1880-1946), que busca ressaltar a importância e heroísmo dos inacianos que foram vítimas do “terror com que o Ministro de D. José subjugava a todos naquela época de despotismo” (Fernandes, 1941, p. 36). Um ano depois, em 1937, Djacir Menezes (1907-1996) afirma que Pombal era um instrumento do capitalismo, pois sem a colonização e o trabalho escravo tal sistema econômico não se teria desenvolvido no país (Mene-

zes, 2018, p. 238). Mas a obra paradigmática desse antipombalismo historiográfico é *A cultura brasileira* (1943), de Fernando de Azevedo (1894-1974), que destaca os aspectos civilizadores da Companhia de Jesus e desqualifica as reformas pombalinas, concluindo que a base da pedagogia dos inacianos, após a sua expulsão de Portugal e seus domínios, permaneceu a mesma (Azevedo, 1971, p. 556).

A interpretação de Fernando de Azevedo tornou-se padrão na historiografia educacional brasileira pelo menos até o final da década de 1980, projetando sua sombra até na escolha de períodos, motivo pelo qual foi muito pequena a quantidade de trabalhos relativos às épocas não privilegiadas em *A cultura brasileira*, como a pombalina (Bontempi Junior, 1995). Essa produção historiográfica, marcada pelo que Carvalho (1998) denomina “matriz azevediana”, ignorou solenemente a obra pioneira de Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972), *As reformas pombalinas da instrução pública*, publicada em 1952 e reeditada em 1978, na qual havia alertado que era “muito difícil precisar até que ponto e em que escala se fez sentir a reforma de 1759 no Brasil” (1978, p. 106), bem como *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil* (1978), de Banha de Andrade (1915-1982), que analisa as correspondências entre o Diretor Geral dos Estudos D. Tomás de Almeida e seus comissários nas capitanias da América portuguesa.

Carrato (1968, p. 129; 148), por sua vez, embora reconheça a “investida iluminista” das reformas pombalinas do ensino, afirma que os atos administrativos do ministro de D. José I não acompanharam com a mesma agressividade as palavras que os justificavam, sobretudo nos preâmbulos das peças legislativas, acrescentando que os recursos financeiros do “subsídio literário” não corresponderam às esperanças neles depositadas, em razão da má remuneração dos Professores Régios e da desorganização das Aulas Régias. Ademais, segundo o autor, baseado nas fontes de que se serve, como as *Cartas soteropolitanas* de Luis dos Santos Vilhena (1744-1814), a receita do Subsídio Literário era menor do que as despesas do ensino, uma vez que, no Brasil, a administração régia não cuidava seriamente dessa arrecadação tão necessária.

Um caso muito curioso é o de Lauro de Oliveira Lima (1921-2013), intelectual cearense que foi um dos principais divulgadores do “método psicogenético” de Jean Piaget (1896-1980) no Brasil, e que em 1974 publicou *Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*, livro que, embora rigorosamente embasado pela historiografia mais atualizada do seu tempo, apresenta “pretensões humorísticas” em sua escrita, como afirma o autor na nota inicial do livro (LIMA, 1975, p. 16), algo reforçado pelo uso de variadas fontes tipográficas para destacar certas partes do texto, bem como pela divisão dos capítulos em “flashes” fotográficos, nos quais insere, além de trechos de historiadores e teóricos abalizados sobre assunto, recortes de artigos de jornais da época em que escreve, três anos depois da Lei 5.692, de 11 de agosto 1971.

O postulado principal do autor é de que os primeiros trezentos anos de nossa história não existiram em termos civilizatórios, de nada adiantando a educação jesuítica e a reforma de Pombal, pois, segundo ele, o “descobrimento do Brasil” ocorreu somente em 1808, com a transmigração da família real, e sua independência só se deu com a Revolução de 1930, quando a implantação do voto popular fez com que a “plebe romana” vencesse os “patrícios”, extinguindo de vez os aspectos modernizados da Colônia – o Império e a República Velha. Assim, a Colônia, sendo meramente uma feitoria, isto é, um entreposto comercial para exploração de matéria prima, foi monopolizada por duas Companhias, a de Jesus, que monopolizava a educação, e a Companhia Geral do Comércio de Brasil e suas sucessoras, que impediram qualquer surto de independência econômica. O papel de Pombal, nessa perspectiva, foi apenas reforçar os controles monopolistas, embora tenha tido o mérito de expulsar os inicianos e seu sistema monacal de ensino (Lima, 1975, p. 24).

De qualquer modo, já no decorrer da década de 1990 algumas importantes obras historiográficas e biográficas buscaram revisitar criticamente a obra política do ministro de D. José I, como *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo* (1996), de Kenneth Maxwell; *Ribeiro Sanches e o marquês de Pombal* (1998), de António Rosa Mendes; *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a Poética do Encômio*, publicada no mesmo ano, de Ivan Teixeira; e *Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. Correspondência inédita ao longo de 115 cartas (de 1752 a 1763)*, obra de 1999 do padre jesuíta António Lopes, que três anos depois publicou *Enigma Pombal – nova documentação: tentativa de interpretação*, que pode ser caracterizado como um rico panorama do que se publicou sobre Pombal durante sua vida e após a sua morte.

Tal renovação dos estudos pombalinos fez-se sentir no século XXI com uma numerosa publicação de obras acerca de Pombal ou do período pombalino, sobretudo a partir de 2005, quando se comemoraram os 250 anos do terremoto de Lisboa, que se tornou um tema recorrente de textos jornalísticos, acadêmicos e narrativas biográficas e ficcionais, com significativo apelo no mercado editorial, mas também na historiografia educacional brasileira, com a emergência de obras que buscaram investigar a repercussão ou recepção da reformas pombalinos em várias regiões do Brasil, como *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)*, de Tereza Maria Rolo Fachada Levy Cardoso, publicado em 2002; *As Reformas Pombalinas no Brasil* (2011), coletânea organizada por Thais Nivia de Lima Fonseca; e *As aulas régias na capitania da Bahia: pensamento, vida e trabalho de “nobres” professores* (2021), de José Carlos de Araujo Silva.

Algumas considerações

Como buscamos mostrar, a mitologia do marquês de Pombal está muito presente na historiografia, mas também no imaginário e na memória popular, como um ministro plenipotenciário que, de quase nada, tornou-se quase um rei, para usarmos da expressão que dá título à biografia de Sena-Lino (2020). Sua colossal estátua no centro de Lisboa, de frente para uma parte da cidade associada ao seu nome e ladeado por um leão de estimação, ao estampar a sua óbvia simbologia, geralmente associada a bravura, coragem, realeza etc., apenas reforça e reitera a imagem que o ministro havia projetado para si. Desse modo, da mesma forma que os retratos encomendados por Pombal tornaram-se a sua própria marca, seja nas estampas dos compêndios publicados no século XIX, seja na capa das biografias e romances históricos que o têm como tema, o discurso inaugurado nos preâmbulos das peças legislativas, prefácios e panfletos mandados traduzir para várias línguas, que ora denunciam uma suposta conspiração movida, no próprio reino, pela aristocracia, e, no império, pelos jesuítas e pelos ingleses, ora pelo mito da Idade de Ouro, isto é, pela de recuperação econômica, política e literária de um tempo perdido. O terremoto de Lisboa de 1755 vai assumir um lugar central em sua mitologia, pois é a partir de então que sua autoridade de ministro vai se consolidar, assumindo o projeto de reconstrução da cidade, restauração da ordem e perseguição de todos que lhe eram contrários.

Se considerarmos as suas reformas do ensino nessa perspectiva, o mito do marquês de Pombal na historiografia educacional configura-se positivamente quando se coloca como fundador de um novo tempo, caracterizado pelas luzes e pela modernidade, em contraposição à tradição jesuítica, ou quando busca retomar uma tradição interrompida com chegada dos Inacianos, e negativamente quando passa a significar o rompimento com a sólida estrutura pedagógica da Companhia de Jesus, lastreada por diversas obras e por um plano de estudos já testado e aprovado internacionalmente, o *Ratio Studiorum* (1599). Assim, seja qual for a interpretação que prepondere quando da avaliação do alcance ou significado das reformas pombalinas do ensino, sua figura emerge como um mito incontornável.

Foi justamente essa estrutura mítica que Pombal usou com relação aos jesuítas, para o que utilizou de uma poderosa campanha publicitária e repressora, de modo a criar um mito positivo para si mesmo e para a posteridade, como fundador de um novo tempo para o reino de Portugal e seus domínios. O que impressiona, até hoje, é a força do mito, que resiste a tantas críticas, colocando o pesquisador numa espécie de armadilha, pois o que imagina se tratar de uma operação interpretativa legítima, baseada em fontes primárias, manuscritas ou impressas, muitas vezes não passa de um jogo prévia e cuidadosamente elaborado para que se alcance determinados pontos de chegada.

Referências

ADÃO, Áurea do Carmo da Conceição. **Estado absoluto e ensino de primeiras letras: as escolas régias (1772-1794)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências, Departamento de Educação da Universidade de Lisboa, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/45107>. Acesso em 12/03/2024.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva / Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários: contribuição para a história da pedagogia em Portugal**. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1981.

ANTUNES, Manuel (org.). **Como interpretar Pombal? No bicentenário de sua morte**. Lisboa: Edições Brotéria, 1983.

ARAÚJO, Ana Cristina. **O marquês de Pombal e a universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

AZEVEDO, Fernando de. 5. ed. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP, 1971.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a sua época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil / Lisboa: São Paulo: Alameda, 2004.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **Administração pombalina**. Brasília: UnB; FUNCEP, 1983.

BAIRRAL, Lúcio; BARROS, Rodrigo. *De Oswaldo Gomes a Fred: A história do Fluminense Football Club no centenário da Seleção Brasileira*. Rio de Janeiro: Estante do Autor, 2015. 300p.

BEBIANO, Rui. "O 1.º centenário pombalino (1882): contributo para a sua compreensão histórica". In: "O Marquês de Pombal e o seu Tempo", tomo II. **Revista de História das Ideias**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1982. Disponível em: https://www.academia.edu/45602035/O_1o_Centen%C3%A1rio_Pombalino_1882_Contributo_para_a_sua_compreens%C3%A3o_hist%C3%B3rica. Aceso em 12/03/2024.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. **História da educação brasileira: o terreno do consenso**. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/26133>. Acesso em 11/03/2024.

BRAGA, Theophilo. **Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portuguesa**. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, tomo III (1700 a 1800), 1898.

BRANCO, Camillo Castelo. **Pefil do marquez de Pombal**. Porto: Clavel & Cia / Rio de Janeiro: L. Couto & Cia, 1882.

BRITO, Ferreira de. **Cantigas de escárnio e mal-dizer do marquês de Pombal, ou a crônica rimada da viradeira**. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1990.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. 2. ed. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação**: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Editôra da Universidade de São Paulo, 1968.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva / Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “A configuração da historiografia educacional brasileira”. In: FREITAS, Marcos César de (org.), **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto / Universidade São Francisco, 1998.

CARVALHO, Rômulo de. **História da fundação do Colégio Real dos Nobres**. Coimbra: Atlântida, 1959.

CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CRUZ, António. “Nota sobre a reforma pombalina da instrução pública”. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, n. 02, p. 1-64, 1971. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5875>. Acesso em 11/03/2024.

DENIS, Ferdinand. **Resumo da história literária de Portugal seguido do resumo da história literária do Brasil**. Tradução, apresentação e notas: Regina Zilberman. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2018.

DOMINGUES, Mário. **O Marquês de Pombal**: o homem e a sua época. Lisboa: Livraria Romano Torres, 1955.

ELIADE, Mircea. **Aspectos do mito**. Tradução: Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 2000.

FALCON, Francisco J. C. **A época pombalina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

FALCON, Francisco J. C. “Governança pombalina e luzes nos trópicos – entre polêmicas e interpretações: alguns aspectos do período pombalino”. In: “Tradição e revolução: homenagem a Luís Reis Torgal. **Revista de História das Ideias**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, v. 29, n. 1, p. 219-226, 2008.

FERNANDES, Pe. Antônio Paulo Ciriaco, S. J. **Missionários jesuítas no Brasil no tempo de Pombal**. 2. ed. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1941.

FLOR, Susana Varela; FLOR, Pedro. Retratos setecentistas em oeiras: contributos para o estudo da genealogia iconográfica do Marquês de Pombal. **Artison**, número multitemático, n. 13, p. 46-61, 2022.

FONSECA, Thais Nivia de Lima (Org.). **As Reformas Pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

GARCIA, M. Emygdio. **O Marquês de Pombal. Lance d'olhos sobre a sua ciência, política e administração; ideias liberais que o dominavam, Plano e primeiras tentativas democráticas.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869.

GARRET, Almeida. **Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da lingua e poesia portugueza.** Paris: Em Casa de J. P. Aillaud, tomo I, 1826.

GOMES, Joaquim Ferreira. O ensino em Portugal da Renascença ao fim do século XIX. **Communio – Revista Internacional Católica**, v. 10, n. 01, p. 65-73, 1993.

LEITE, António. “Pombal e o ensino secundário”. In: ANTUNES, Manuel *et alii*. **Como interpretar Pombal? No bicentenário de sua morte.** Lisboa: Edições Brotéria, 1983.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho.** Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1975.

LOPES, António. **Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus.** Correspondência inédita ao longo de 115 cartas (de 1752 a 1763). Cascais: Principia, 1999.

LOPES, António. **Enigma Pombal.** 2. ed. Lisboa: Roma Editora, 2002.

MALAGRIDA, Gabriel. **Juizo da verdadeira causa do terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755.** Lisboa: Na Officina de Manoel Soares, 1756.

MACEDO, Jorge Borges de. **A situação econômica no tempo de Pombal.** Porto: Portugalia, 1951.

MACEDO, Jorge Borges de. **O Marquês de Pombal, 1699-1782.** Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina.** 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2005, 3.v.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O marquês de Pombal e a unidade brasileira.** Lisboa: Editorial Andes, 1953.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O marquês de Pombal e o Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1960.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O erário régio no Brasil.** Rio de Janeiro: Serviço da Documentação, 1968.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (org.). **Aula do comércio.** Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.

MENEZES, Djacir. **O outro nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais.** 3. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. **Teoria & Educação.** Porto Alegre, n. 4, p. 240-270, 1991.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Pombalismo e antipombalismo no Brasil: representações das reformas do ensino no centenário e no bicentenário do Marquês de Pombal. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/57841>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PORTUGAL. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenação, redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762**. Lisboa: Na Typographia Maignense, 1830.

PRAÇA, J. J. Lopes. **Historia da Philosophia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da philophia**. Coimbra: Imprensa Literaria, 1868, v. 1.

RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, Tomo I, 1871.

RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. “O passado colonial visto pelo DASP: A História Administrativa do Brasil”. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Fortaleza: ANPUH, p. 1-7, 2009. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0008.pdf>. Aceso em 11/03/2024.

RODRIGUES, Alfredo Duarte. **O Marquês de Pombal e os seus biógrafos: razão de ser de uma revisão à sua história**. Lisboa: Edição do Autor, 1947.

SILVA, José Carlos de Araujo. **As aulas régias na capitania da Bahia: pensamento, vida e trabalho de “nobres” professores**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. **Sobre o uso da língua do príncipe: história social da cultura escrita, reconfigurações linguísticas e populações indígenas na Bahia setecentista**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Língua e Cultura. Salvador, 2019. Disponível em: <https://ppglinc.ufba.br/pt-br/sobre-o-uso-da-lingua-do-principe-historia-social-da-cultura-escrita-reconfiguracoes-linguisticas-e>. Acesso em 11/03/2024.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.